

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO AGÊNCIA DE PROMOÇÃO
DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL
CONSELHO DELIBERATIVO**

RESOLUÇÃO CDA Nº 01/2017

Aprova o balanço anual do exercício de 2016, assim como a prestação de contas da Apex-Brasil.

O **CONSELHO DELIBERATIVO** do Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 9º, V, e 19, inciso II, do seu Estatuto Social.

CONSIDERANDO:

- I-** a competência do Conselho Deliberativo da Apex-Brasil para deliberar sobre a aprovação do Balanço Anual e a respectiva Prestação de Contas da Apex-Brasil, na forma do art. 9º, V, do Estatuto Social;
- II-** o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela KPMG Auditores Independentes, que concluiu “*que as demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as situações financeiras e patrimonial da Apex-Brasil*”; e
- III-** o Parecer Favorável do Conselho Fiscal referente ao Balanço Anual do exercício de 2016 e a sua respectiva Prestação de Contas da Apex-Brasil, aprovado pelo referido Conselho em reunião realizada em 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

- 1) Aprovar o Balanço Anual referente ao exercício de 2016 e a respectiva Prestação de Contas da Apex-Brasil, em consonância ao Anexo Único da presente Resolução.
- 2) Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília (DF), aos 25 de maio de 2017.


ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente do Conselho Deliberativo
Apex-Brasil

ANEXO ÚNICO – PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO FISCAL

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00143087

CARTORIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SCS. B.08 BL. B-60 SL. 140-E 1. ANDAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: (61)3224-
14026

Registrado e Arquivado sob o número
100006647 do livro n. A-14 em
13/02/2003. Dou fé. Protocolado e
digitalizado sob nº00143087
Brasília, 30/10/2017.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.: Edlene Miguel Pereira Santos
Almeida

Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20170210060803WBHL
para consultar www.tjdf.jus.br

CARTORIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 185,05
Tab: J 1



**PARECER DO CONSELHO FISCAL
BALANÇO DO EXERCÍCIO 2016**

O Conselho Fiscal do Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – CFA, em reunião realizada aos 05 de abril de 2017, após haver procedido ao exame da Prestação de Contas da Apex-Brasil, relativa ao exercício findo em 31.12.2016, com base nos elementos financeiros e contábeis expostos, assim como em relação ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela KPMG Auditores Independentes, emitido aos 04 de abril de 2017, anexo, **CONCLUIU** que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as situações financeira e patrimonial da Apex-Brasil.

Portanto, o Conselho Fiscal da Apex-Brasil, **MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE** à aprovação da presente prestação de contas do exercício de 2016.

Brasília, 05 de abril de 2017.



RONALDO DONIZETI POZZA
Conselheiro Titular – Representante do SEBRAE



SILVIA MARIA STEMLER
Conselheira Titular – Representante do MRE



GEOVANNY CAVALCANTE LEITE
Conselheiro Suplente – Representante do MRE





Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho Deliberativo e aos Administradores da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil ("Entidade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 04 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

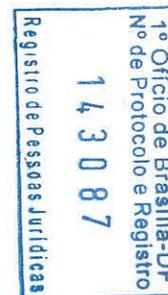
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa nº	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.373	2.067	37.615	30.513
Instrumentos financeiros	5	147.732	132.415	112.499	103.976
Recursos vinculados a contratos e co	6	15.754	6.531	15.754	6.531
Créditos a receber	7	65.804	64.901	65.804	64.901
Adiantamentos concedidos	8	8.541	21.490	8.541	21.490
Direitos de créditos	9	4.977	5.262	4.977	5.262
		<u>245.181</u>	<u>232.666</u>	<u>245.190</u>	<u>232.673</u>
Não circulante					
Depósitos judiciais e garantias	10	1.823	1.382	1.823	1.382
Imobilizado	11	4.832	5.181	4.832	5.181
Intangível	11	12.225	11.078	12.225	11.078
		<u>18.880</u>	<u>17.641</u>	<u>18.880</u>	<u>17.641</u>
Total do ativo		<u>264.061</u>	<u>250.307</u>	<u>264.070</u>	<u>250.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota Explicativa nº	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante					
Provisões	12	9.278	8.155	9.278	8.155
Obrigações trabalhistas e sociais	13	3.415	3.957	3.415	3.957
Obrigações com convênios e contratos	14	490	5.856	490	5.856
Contas a pagar e fornecedores	15	6.908	3.152	6.917	3.159
Obrigações tributárias e previdenciárias	16	838	2.197	838	2.197
		<u>20.929</u>	<u>23.317</u>	<u>20.938</u>	<u>23.324</u>
Não circulante					
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	17	67.468	702	67.468	702
Obrigações a pagar de longo prazo	18	660	670	660	670
Provisão por tempo de serviço		-	-	-	-
		<u>68.128</u>	<u>1.372</u>	<u>68.128</u>	<u>1.372</u>
Patrimônio líquido					
Superávit acumulado	19	162.173	237.169	162.173	237.169
Reserva de Contingências	19	63.445	-	63.445	-
Déficit do exercício	19	(50.614)	(11.551)	(50.614)	(11.551)
		<u>175.004</u>	<u>225.618</u>	<u>175.004</u>	<u>225.618</u>
Totais do passivo e do patrimônio líquido		<u>264.061</u>	<u>250.307</u>	<u>264.070</u>	<u>250.314</u>



Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)



	Nota Explicativa nº	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas com Contribuição Social Líquida	20	460.114	453.271	460.114	453.271
Demais Receitas Operacionais					
Receitas de Convênios e Contratos	21	29.963	18.556	29.963	18.556
Receitas de Serviços	22	8.531	6.956	9.097	8.864
		38.494	25.512	39.060	27.420
Total das Receitas Operacionais		<u>498.608</u>	<u>478.783</u>	<u>499.174</u>	<u>480.691</u>
Custos e Despesas Operacionais					
Despesas com Convênios e Projetos Finalisti	23	(287.246)	(310.972)	(287.246)	(310.972)
Despesas com Viagens	24	(15.096)	(22.624)	(15.096)	(22.624)
Despesas com Comunicação, <i>Marketing</i> e P	25	(39.540)	(18.722)	(39.540)	(18.722)
Despesas com Pessoal, Encargos e Benefício	26	(97.214)	(87.060)	(97.214)	(87.060)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(39.130)	(44.611)	(39.595)	(46.472)
Despesas com Passivos Contingentes	28	(62.651)	(577)	(62.651)	(577)
Despesas Tributárias	29	(14.000)	(18.802)	(14.000)	(18.802)
Despesa com Depreciação e Amortização		(2.999)	(3.025)	(2.999)	(3.025)
Despesa com Baixa de Ativos		-	(246)	-	(246)
		(557.876)	(506.639)	(558.341)	(508.500)
Déficit Antes do Resultado Financeiro		(59.268)	(27.856)	(59.167)	(27.809)
Resultado Financeiro Líquido					
Receitas Financeiras	30	15.414	17.791	15.556	17.956
Despesas Financeiras	30	(6.760)	(1.486)	(7.003)	(1.698)
		8.654	16.305	8.553	16.258
Déficit do exercício		<u>(50.614)</u>	<u>(11.551)</u>	<u>(50.614)</u>	<u>(11.551)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora/Consolidado</u>		<u>Controladora/Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Déficit do exercício	(50.614)	(11.551)	(50.614)	(11.551)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(50.614)</u>	<u>(11.551)</u>	<u>(50.614)</u>	<u>(11.551)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Reserva de Contingências	Superávit (déficit) do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>216.509</u>	<u>-</u>	<u>20.660</u>	<u>237.169</u>
Incorporação do superávit anterior	20.660	-	(20.660)	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.551)</u>	<u>(11.551)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>237.169</u>	<u>-</u>	<u>(11.551)</u>	<u>225.618</u>
Incorporação do deficit anterior	(11.551)	-	11.551	-
Proposta da Administração de Destinação do Superávit:				
Reserva para Contingências	(63.445)	63.445	-	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.614)</u>	<u>(50.614)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>162.173</u>	<u>63.445</u>	<u>(50.614)</u>	<u>175.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Superávit (Déficit) do período	(50.614)	(11.551)	(50.614)	(11.551)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	66.766	702	66.766	702
Provisão de prêmio por tempo de serviço	-	(1.200)	-	(1.200)
Depreciação e amortização	2.999	3.025	2.999	3.025
	<u>19.151</u>	<u>(9.024)</u>	<u>19.151</u>	<u>(9.024)</u>
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos financeiros vinculados a contratos e convênios	(9.223)	2.199	(9.223)	2.199
Créditos a receber	(903)	(1.686)	(903)	(1.686)
Adiantamentos concedidos	12.949	44.212	12.949	44.212
Direitos de créditos	285	(1.043)	285	(1.043)
Depósitos judiciais	(441)	(569)	(441)	(569)
	<u>2.667</u>	<u>43.113</u>	<u>2.667</u>	<u>43.113</u>
Aumento (redução) nos passivos				
Provisões	1.123	809	1.123	809
Obrigações trabalhistas e sociais	(542)	908	(542)	908
Obrigações com convênios e contratos	(5.366)	(2.617)	(5.366)	(2.617)
Contas a pagar e fornecedores	3.756	748	3.756	721
Obrigações tributárias	(1.359)	1.466	(1.359)	1.466
Obrigações a pagar de longo prazo	(10)	570	(10)	570
	<u>(2.398)</u>	<u>1.884</u>	<u>(2.398)</u>	<u>1.857</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>19.420</u>	<u>35.972</u>	<u>19.420</u>	<u>35.945</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aplicações de instrumentos financeiros	(15.317)	(30.817)	(8.522)	(13.069)
Adições ao ativo imobilizado	(645)	(1.730)	(645)	(1.730)
Adições ao ativo intangível	(3.152)	(3.110)	(3.152)	(3.110)
Baixas do ativo tangível	-	246	-	246
	<u>(19.114)</u>	<u>(35.412)</u>	<u>(12.319)</u>	<u>(17.664)</u>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	<u>306</u>	<u>560</u>	<u>7.102</u>	<u>18.281</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.067	1.507	30.513	12.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>2.373</u>	<u>2.067</u>	<u>37.615</u>	<u>30.513</u>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	<u>306</u>	<u>560</u>	<u>7.102</u>	<u>18.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (Agência ou Entidade), foi constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, na forma de serviço social autônomo.

A sede da Agência está localizada na SBN Quadra 2 Lote 11, Ed. Apex-Brasil, CEP 70.040-020, Brasília, DF. Além da sede em Brasília, no Brasil existem as unidades em São Paulo e em Recife. A Agência mantém, ainda, unidades no exterior, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Havana (Cuba), Luanda (Angola), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Pequim e Shangai (China).

A instituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003.

Por sua vez, em razão de sua natureza pessoa jurídica de direito privado, a obtenção da sua personalidade jurídica decorreu do registro de seu ato constitutivo no respectivo Cartório Civil de Pessoas Jurídicas, já que é tratada como associação civil, sem fins lucrativos.

Ainda, é importante salientar que a Apex-Brasil foi instituída pelo Decreto nº 4.584/2016, alterado pelo Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.788, de 23 de setembro de 2016. Destaca-se que com o advento dos referidos decretos, a Entidade passou a ter supervisão do Ministério das Relações Exteriores.

Por sua vez, é importante salientar que a missão da Apex-Brasil é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

Já o objetivo da Apex-Brasil é promover exportações brasileiras e investimentos em cooperação com o Poder Público, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras.

Para tanto, a Entidade atua por meio da pesquisa, da formação, da capacitação, do desenvolvimento institucional, entre outras ações, observada a política nacional de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços e tecnologia, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos, conforme estabelece o art. 4º do seu Estatuto.

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.



Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil se dá por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimento e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997, art. 15). Nesse sentido, é importante salientar que pode ser considerada entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12 § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (art. 10º e 18º, IV).

Assim, os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Agência está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, de 24 de agosto de 2001, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1% (um por cento). A entidade faz o recolhimento mensal desse tributo.

Em relação à tributação da COFINS, os incisos X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Assim, sobre as receitas não próprias a Apex-Brasil efetua o recolhimento da COFINS.

Por fim, é importante dizer que para a Apex-Brasil atender à sua competência institucional, foi prevista receita de natureza tributária, definida pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (art. 8º).

2 Base de apresentação das Demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, coletivamente “CPCs”, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Apex-Brasil em 04 de abril de 2017.



2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas pelos instrumentos financeiros mensurados a valor justo (Nota Explicativa nº 5), provisão para devedores duvidosos (Nota Explicativa nº 7), pela depreciação/amortização acumulada do ativo imobilizado e intangível (Nota Explicativa nº 11), e pelas provisões para riscos tributárias e trabalhistas (Nota Explicativa nº 17).

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As demonstrações financeiras das unidades no exterior estão integradas sistemicamente às da Entidade. As unidades da Apex-Brasil estão em Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Havana (Cuba), Luanda (Angola), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Pequim e Shangai (China).

No processo de integração, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais e os resultados das transações intercompanhias não realizadas até a data do balanço, e estão sendo apresentadas, exclusivamente, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração, informações relativas à totalidade das atividades operacionais da Apex-Brasil e das unidades.

3.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais, que é a moeda funcional da Apex-Brasil à taxa de câmbio apurada naquela data.



As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado do período.

As moedas das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Yuan na China, Dirham nos Emirados Árabes Unidos, Dólar nos Estados Unidos da América, Peso Cubano Conversível em Cuba, Peso Colombiano na Colômbia, Euro na Itália e na Bélgica, Rublo na Rússia e Kwana em Angola.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

3.3 Consolidação dos fundos exclusivos

Em consonância com suas estratégias de negócios, a Apex-Brasil possui fundo de investimento exclusivo, o qual é consolidado em suas demonstrações financeiras (Fundo Apexport - Caixa Econômica Federal), administrado pela Caixa Econômica Federal. Os investimentos, e títulos e valores mantidos por meio desse fundo são registrados na rubrica Instrumentos Financeiros no balanço patrimonial, e os resultados gerados na rubrica Resultado Financeiro na demonstração de resultados. Vide o detalhamento dos elementos do referido fundo na Nota Explicativa nº 5.

3.4 Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Conforme Nota Explicativa nº 5.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos, recursos vinculados a contratos e convênios, créditos a receber, adiantamentos concedidos e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo. Vide Nota Explicativa nº 4.



(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quando expiram. A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: benefícios a empregados, obrigações trabalhistas, obrigações com convênios e contratos, contas a pagar a fornecedores e outras.

Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

(iii) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.5 Imobilizados

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução do valor recuperável (*impairment*), quando houver. O custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões.



(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa de depreciação estimada
Móveis e utensílios	10% ao ano, pelo método linear.
Máquinas e equipamentos	10% ao ano, pelo método linear.
Instalações	10% ao ano, pelo método linear.
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20% ao ano, de acordo com a vigência do contrato de locação.
Equipamentos de informática	20% ao ano, pelo método linear.
Veículos	20% ao ano, pelo método linear.
Software	20% ao ano, pelo método linear.
Marcas e patentes	10% ao ano, pelo método linear.

(iv) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O imobilizado é revisto para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações financeiras.

3.6 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou da nota fiscal correspondente.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, em que seja provável que, para a solução dessa obrigação, ocorra



uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas para refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e por seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: tratam-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos quando aplicável, nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.8 Reconhecimento das receitas e despesas

(i) *Receitas com contribuições*

Receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) arrecadadas pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), conforme previsão legal contida na Lei nº 10.668/03 (Vide Nota Explicativa nº 20). O reconhecimento no resultado ocorre quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial do INSS. O crédito por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições ocorre no mês subsequente ao da competência.

(ii) *Receita e despesas de convênios e contratos*

Os recursos financeiros vinculados aos convênios sob execução da Apex-Brasil, são apresentados separadamente em “caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a



contrapartida da própria Apex-Brasil. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “obrigações com convênios e contratos”, e detalhadas na Nota Explicativa nº14. As efetivações da utilização desses recursos, representam o reconhecimento de receitas e despesas de convênios e contratos reconhecidos pelo regime de competência.

As efetivações da utilização desses recursos são pelo regime de competência, pois as receitas e as despesas com convênios e contratos devem ser reconhecidas à medida que os projetos sejam executados pela Apex-Brasil como conveniente, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos, e não quando do desembolso financeiro ao conveniado, pois nesse momento se configura um adiantamento recebido pela Apex-Brasil e um passivo com a contraparte (conveniente).

(iii) *Receitas de Promoção de Exportação*

As receitas de promoção de exportação são, substancialmente, compostas de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

3.9 Circulante e não circulantes

Os ativos e passivos vencíveis até 31 de dezembro de 2017 foram classificados como circulantes enquanto os vencíveis após essa data como não circulante.

3.10 Gestão de Riscos

(i) *Instrumentos financeiros - Gestão de risco*

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.



Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações financeiras relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, com composição das carteiras, regulamento e movimentação mensal estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7).

Exposição a risco de crédito

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.373	2.067
Recursos vinculados a contratos e convênios	6	15.754	6.531
Créditos a receber	7	65.804	64.901
Adiantamentos Concedidos	8	8.541	21.490
Direitos de Créditos	9	4.977	5.262

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento



administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior. (Vide notas explicativas n.ºs 3.1 e 3.2)

Análise de Sensibilidade de Carteira

A Apex-Brasil desenvolveu a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas Selic e Operações Pré-fixadas, conforme disposto no item 40 do CPC nº 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O saldo em aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 147.732 conforme nota explicativa nº 5 - instrumentos financeiros. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos dos resultados advindos de uma alta de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente:

Cenários Projetados - Base 31/12/2018				
	Exposição (R\$ mil)	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Baixa da Variação da taxa SELIC		9,63%	7,22%	4,82%
	147.664,61	13.888	10.416	6.944
Efeito da Variação da taxa SELIC (i)		+ 9,41%	+ 7,06%	+ 4,70%
Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
	Exposição (R\$ mil)	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Baixa da Variação da taxa SELIC (i)		10,50%	7,88%	5,25%
	147.664,61	15.143	11.357	7.572
Efeito da Variação da taxa SELIC (i)		+ 10,25%	+ 7,69%	+ 5,13%
Impactos no resultado			31/12/2018	31/12/2017
Cenário possível - cenário provável				
SELIC			(3.472)	(3.786)
TJLP			NA	NA
IGP-M			NA	NA
Cenário remoto - cenário provável				
SELIC			(6.944)	(7.571)
TJLP			NA	NA
IGP-M			NA	NA

- (i) As taxas utilizadas nesta análise são apresentadas e calculadas pela consultoria de análise e controle de risco de mercado ADITUS referentes a 31 de dezembro de 2016.



4 Caixa e equivalentes de caixa

São as disponibilidades imediatas em caixa e contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundo fixo de caixa consolidado	18	46	18	46
Operações Compromissadas	-	-	35.239	28.443
Bancos nacionais	182	26	185	29
Bancos no exterior (i)	1.983	2.019	1.983	2.019
Remessas às Unidades no exterior (ii)	190	-	190	-
Numerários em trânsito (cheques a compensar)	-	(24)	-	(24)
	<u>2.373</u>	<u>2.067</u>	<u>37.615</u>	<u>30.513</u>

- (i) Disponibilidades bancárias no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações dos escritórios do exterior.
- (ii) Aumento de capital de unidades no exterior - Remessa não integralizada.

5 Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras da Apex-Brasil são restritas àquelas com lastro em títulos, predominantemente públicos e poupança. A Agência não realiza aplicações de caráter especulativo, como em derivativos ou em outros ativos de risco.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas com base na cotação do último dia do mês, e a poupança com base na remuneração oficial. Em ambos os casos, o valor justo dos ativos é semelhante ao valor contábil registrado.

Os recursos aplicados são destinados às manutenções operacional e administrativa da Apex-Brasil, conforme composição a seguir:

Instituição Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de Fundo de Investimento (i)	135.085	109.667	-	-
Títulos e Valores Mobiliários (i)	-	-	99.852	81.228
Fundo Capital de Giro - Caixa Econômica Federal (ii)	12.628	10.071	12.628	10.071
Fundo Capital de Giro - Banco do Brasil (ii)	-	12.668	-	12.668
Poupanças - Banco do Brasil e CEF	37	37	37	37
(-) Provisão de Imposto e de Renda	(18)	(28)	(18)	(28)
Total	<u>147.732</u>	<u>132.415</u>	<u>112.499</u>	<u>103.976</u>

- (i) O Fundo de Investimento Exclusivo da Caixa de Renda Fixa (Apexport), de Longo Prazo, é um Fundo de Investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- (ii) Fundos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa histórico e mensal das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil.



A variação crescente dos fundos de investimentos decorreu principalmente pelo aumento das aplicações das disponibilidades financeiras no fundo de investimento de longo prazo (Apexport), em função das novas diretrizes de investimentos da Diretoria Executiva da Apex-Brasil, priorizando-se a liquidez financeira.

A seguir apresentamos as rentabilidades dos fundos de investimento da Apex Brasil em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Janeiro a Dezembro	ApexPort			Capital de giro BB			Capital de giro CAIXA		
	%	CDI	Performance	%	CDI	Performance	%	CDI	Performance
2016	14,14	14,00	101,00%	-	14,00	-	14,06	14,00	100,43%
2015	13,29	13,24	100,38%	13,40	13,24	101,21%	13,51	13,24	102,04%

Conforme demonstrado no quadro acima, em 2016 os fundos de investimentos da Caixa Econômica Federal apresentaram performances superiores ao CDI, atingindo os objetivos de rentabilidade da Apex-Brasil em suas aplicações. O resultado alcançado pelo fundo exclusivo Apexport foi especialmente impactado pela política de investimentos adotada em 2016 em que foram aportados recursos em Letras Financeiras – (LFs) de empresas e bancos de primeira linha, mantendo-se o perfil de baixo risco de investimento financeiro, adotado pela Apex-Brasil e de acordo com a política de investimentos financeiros da Agência.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os investimentos no fundo exclusivo da Apex-Brasil em títulos e valores mobiliários estão em sua totalidade mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado abaixo:

a. Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016

	Quantidade	Valor justo	2016	2017	2018 a 2050
Disponibilidades	-	3	3	-	-
Operações compromissadas					
Letras do Tesouro Nacional	11.876	35.239	-	-	35.239
	11.876	35.242	3	-	35.239
Títulos e valores mobiliários de renda fixa					
Letras Financeiras de Bancos	234	55.553	-	41.142	14.411
Letras Financeiras do Tesouro	5.835	44.299	-	161	44.138
	6.069	99.852	-	41.303	58.549
Total do ativo		135.094	3	41.303	93.788
Valores a pagar		(9)			
Total do passivo		(9)			
Patrimônio Líquido		135.085			



b. Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015

	Quantidade	Valor justo	2016	2017	2019 a 2050
Disponibilidades	-	2	2	-	-
Operações compromissadas					
Letras do Tesouro Nacional	29.460	28.443	28.443	-	-
	29.460	28.443	28.443	-	-
Títulos e valores mobiliários de renda fixa					
Letras Financeiras de Bancos	200	44.796	-	44.796	-
Letras Financeiras do Tesouro	4.920	36.433	-	-	36.433
	5.120	81.229	-	44.796	36.433
Total do ativo		109.674	28.445	44.796	36.433
Valores a pagar		(7)			
Total do passivo		(7)			
Patrimônio Líquido		109.667			

6 Recursos vinculados a convênios

São disponibilidades, em contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em fundos de investimentos, decorrentes de convênios firmados pela Apex-Brasil com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – (BID). A seguir, apresentamos a composição da rubrica:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Convênios				
Convênio com o MDIC para execução da Expo-Milão 2015 (i)	15.058	5.198	15.058	5.198
Convênios com o MDIC	490	474	490	474
Convênio BID	-	184	-	184
Devoluções de recursos	206	103	206	103
Royalties da Expo-Milão	-	572	-	572
Total	15.754	6.531	15.754	6.531

- (i) A Apex-Brasil e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços assinaram, em 26 de dezembro 2013, o Convênio nº 67/2013, aditivado em 2014, para a participação brasileira na Exposição Universal de Milão 2015. Assinou-se também, em 06 de abril de 2016, o Convênio nº 826.795/2016, com o objetivo de criar projeto arquitetônico e de design, montagem, operação e desmontagem da Casa Brasil 2016, para funcionar durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.



7 Créditos a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Arrecadação proveniente do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990 (i)	63.693	61.982	63.693	61.982
Valores a compensar de Terceiros (ii)	1.422	-	1.422	-
Contas a receber diversos (iii)	696	2.965	696	2.965
Provisão para devedores duvidosos	(7)	(46)	(7)	(46)
Total	65.804	64.901	65.804	64.901

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária está detalhado na Nota Explicativa nº 20.
- (ii) Fundo de destinação de excedentes – (FDE) ApexPrev, corresponde ao valor que ficou no saldo do fundo por saída do participante ou não integralização feita por ele no momento de concessão de renda, que será utilizado para compensação das contribuições mensais até esgotar o saldo do fundo.
- (iii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos e ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no exercício.

8 Adiantamentos concedidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos para convênios e projetos (i)	6.855	19.842	6.855	19.842
Adiantamento para empregados	637	687	637	687
Demais adiantamentos	1.049	961	1.049	961
Total	8.541	21.490	8.541	21.490

- (i) São recursos financeiros repassados aos convênios realizados pela Apex-Brasil. Os valores adiantados para os convenientes são calculados conforme projeção de realização das despesas mensais projetadas na memória de cálculo dos convênios.

Os adiantamentos para convênios e projetos são mantidos até sua execução total ou devolução dos recursos.

A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre pelo regime de competência à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado, mediante verificação do saldo das contas bancárias específicas das entidades conveniadas. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela a baixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos para convênios e projetos		
Saldo inicial do período	19.842	64.647
(+) Repasses efetuados no período	171.002	155.103
(-) Devoluções de convênios	(4.103)	(3.765)
(-) Execução pelas convenientes	(179.886)	(196.143)
Saldo final do período	6.855	19.842



9 Direitos de créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos e garantias contratuais	446	457	446	457
Fundo de Assistência Odontológica – (FAO) (i)	873	727	873	727
Despesas antecipadas (ii)	3.144	3.555	3.144	3.555
Tributos a recuperar nas unidades no exterior	50	116	50	116
Créditos de empregados no exterior	257	303	257	303
Demais créditos (iii)	207	104	207	104
Total	4.977	5.262	4.977	5.262

- (i) Fundo de Assistência Odontológica (FAO) é um fundo monetário que tem a finalidade de custear os tratamentos odontológicos dos empregados da Apex-Brasil, conforme INA nº. 002-03.
- (ii) Diferimento de despesas com periódicos, alugueis e licenças de software.
- (iii) Referem-se a créditos a receber do F.A.O, materiais de natureza permanente e a créditos gerais a receber de baixo valor unitário.

10 Depósitos judiciais e garantias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos e cauções em geral (i)	227	227	227	227
Depósitos judiciais (ii)	1.596	1.155	1.596	1.155
Total	1.823	1.382	1.823	1.382

- (i) Valor relativo a caução de aluguel do EA Miami-Florida.
- (ii) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), depositado em juízo. Existe uma ação em curso na Polônia (EA Varsóvia, operação encerrada em 06 de agosto de 2014 e o valor do respectivo depósito judicial e correções monetárias efetuadas desde 01 de abril 2013 é de R\$ 85.

11 Imobilizado e intangível

A seguir, a composição do ativo imobilizado e do intangível para 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2015	Aquisições do período	Baixas do período	Depreciação /Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Tangíveis							
Móveis e utensílios	10%	4.876	269	-	(2.506)	2.639	2.680
Máquinas e equipamentos	10%	372	81	-	(291)	162	105
Instalações	10%	677	46	-	(552)	171	162
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20%	7.253	-	-	(7.244)	9	12
Equipamentos de informática	20%	6.785	246	-	(5.268)	1.763	2.117
Veículos	20%	98	-	-	(62)	36	55
Obras de Arte	0%	50	2	-	-	52	50
		20.111	645	-	(15.923)	4.832	5.181
Intangíveis							
Softwares (i)	20%	25.786	3.130	-	(16.712)	12.204	11.076
Demais intangíveis		6	21	-	(6)	21	2
		25.792	3.152	-	(16.718)	12.225	11.078

(i) Continuidade no desenvolvimento do sistema de gestão de projetos, denominado Fênix, e implantação do sistema de gestão empresarial, denominado ERP Protheus.





12 Provisões trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões de férias e encargos (i)	9.105	7.978	9.105	7.978
Provisão de descanso anual	173	177	173	177
Total	9.278	8.155	9.278	8.155

- (i) Corresponde às provisões para férias e encargos dos empregados.
- (ii) As provisões de 13º salário e encargos são provisionadas, mensalmente, e integralmente encerradas após o pagamento da segunda parcela do 13º em dezembro.

13 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração e benefícios a pagar (i)	783	1.342	783	1.342
Encargos sociais	2.632	2.615	2.632	2.615
Total	3.415	3.957	3.415	3.957

- (i) Correspondem a remunerações, benefícios e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento da Agência.

14 Obrigações com convênios e contratos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Convênio MDIC Expo-Milão 2015	111	5.198	111	5.198
Convênio MDIC - Casa Brasil 2016	-	-	-	-
Convênios com o MDIC	379	474	379	474
Convênio BID	-	184	-	184
Total	490	5.856	490	5.856

A Apex-Brasil e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços assinaram, em 2013, o Convênio nº 26/2012, para desenvolvimento de estudos e ações visando à atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

Também estabeleceu com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 26 de dezembro de 2013, o Convênio nº 67/2013, para participação brasileira na Exposição Universal de Milão 2015. Além de outros convênios em vigor, como os de Pesquisa e Desenvolvimento e Moda Brasil.

O total das obrigações com convênios e contratos é de R\$ 490 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 5.856 em 31 de dezembro de 2015. Os valores a comprovar referem-se a montantes recebidos dos parceiros nos respectivos convênios, que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução das despesas dos convênios e efetivação dos pagamentos realizados, esses montantes



serão apropriados ao resultado como receitas de convênios. A seguir, apresentamos os saldos dos recursos no período:

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Valor recebido no período (+)	Rendimento de aplicações no período (+)	Devolução de Saldo de Saldo (-)	Valor realizado no período (-)	Saldo em 31/12/2016
Convênio MDIC Expo-Milão 2015	5.198	-	52	-	(5.139)	111
Convênio MDIC - Casa Brasil 2016	-	11.000	209	(2.000)	(9.209)	-
Convênios com o MDIC	474	-	35	(3)	(127)	379
Convênio BID	184	-	5	-	(189)	-
Total	5.856	11.000	301	(2.003)	(14.664)	490

15 Contas a pagar e fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valores a Compensar de Terceiros (i)	1.422	-	1.422	-
Adiantamentos de clientes (ii)	-	959	-	959
Fundo de Assistência Odontológica (FAO)	873	727	873	727
Fornecedores nacionais	3.645	332	3.645	332
Fornecedores estrangeiros	549	567	549	567
Depósitos e cauções de licitações	135	61	135	61
Cartão de crédito a pagar	2	116	2	116
Demais contas a pagar (iii)	282	390	291	397
Total	6.908	3.152	6.917	3.159

- (i) O Fundo de destinação de excedentes - FDE (ApexPrev) corresponde ao valor que ficou no saldo do fundo por saída do participante ou não integralização feita por ele no momento de concessão de renda, que será utilizado para compensação das contribuições mensais realizadas pela patrocinadora Apex-Brasil.
- (ii) Os adiantamentos de clientes referem-se à comercialização de espaço em feiras e eventos internacionais.
- (iii) Contas a pagar diversas do escritório de Pequim.

16 Obrigações tributárias e previdenciárias

São os saldos de obrigações referentes às retenções na fonte de terceiros (PIS, COFINS, CSLL, IRRF, INSS e ISS), obrigações referentes a tributos sobre faturamento de serviços (ISS e COFINS), tributos sobre pagamento de serviços provenientes do exterior (CIDE remessas), cujos recolhimentos ocorrerão no mês subsequente.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributos Retidos na Fonte de Terceiros:				
IRRF de terceiros a recolher	39	44	39	44
ISS de terceiros a recolher	110	110	110	110
PIS/COFINS/CSLL a recolher	168	151	168	151
Demais obrigações tributárias:				
CIDE	432	449	432	449
Provisão de INSS serviços de terceiros	34	74	34	74
Obrigações tributárias das unidades no exterior	55	60	55	60
Encargos de preço de transferência (Transfer Pricing)				
EA Miami (i)	-	1.309	-	1.309
Total	838	2.197	838	2.197

- (i) A hipótese de incidência de transfer pricing não foi legalmente caracterizada nas operações do escritório de Miami o que culminou no encerramento dos estudos, concluindo-se pela reversão do saldo e registro contábil.

17 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para riscos tributários prováveis (i)	64.934	100	64.934	100
Provisões para riscos trabalhistas de prováveis (ii)	2.534	602	2.534	602
Total	67.468	702	67.468	702

- (i) Houve constituição de provisão para contingência tributária em função de reavaliação do risco de processo de execução fiscal movido pela PGFN contra a empresa denominada APEX S/A. Antes da constituição da Apex-Brasil, foi aberta uma empresa denominada APEX S/A, que por motivos diversos foi encerrada, e, no caso, a PGFN insurge-se sobre os débitos dessa empresa. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 134 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, houve mudança de status no processo administrativo nº 10166.730498/2013-22, no segundo trimestre de 2016, para probabilidade de perda provável (Parecer GJ/LB Nº 04/2016). O referido processo administrativo foi movido pela Apex-Brasil contra a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB para impugnar a cobrança de taxa administrativa a maior incidente sobre o valor arrecadado a título de contribuição para a Apex-Brasil (Lei nº 8.029/90), bem como para afastar a cobrança de valor referente à diferença de percentual dos últimos cinco anos. No entender da SRFB, a taxa de Administração deve ser de 3,5% e não de 1,5% como vinha descontando nos últimos oito anos. O valor estimado para a perda quanto aos valores retroativos, de acordo com a assessoria jurídica da Apex-Brasil, é de R\$ 36.675. Todavia, deve-se registrar que a Apex-Brasil impetrou Mandado de Segurança em face da SRFB, visando a afastar a referida cobrança, tendo obtido liminar favorável em 01 de junho de 2014, ordenando que a SRFB se abstinhasse de descontar taxa a maior dos valores de contribuição destinados à Apex-Brasil, bem como se abstinhasse de proceder à cobrança dos valores pretéritos a título de taxa administrativa. No caso de perda, deverá ser acrescida ao referido valor estimado, a diferença mensal da taxa de Administração, a partir da data da liminar até 31/12/2016, cujo montante é de R\$ 28.124, perfazendo, assim, o total global de R\$ 64.799. Ainda quanto ao processo de impugnação da cobrança da taxa administrativa, devido à recente decisão proferida em mandado de segurança de outra entidade envolvendo o mesmo tema, foi denegada a segurança sobre a ilegalidade na decisão administrativa proferida pela RFB. Diante deste novo precedente e considerando a relevância dos valores, a assessoria jurídica da Apex-Brasil considera, a partir desta decisão, a necessidade de reclassificação do processo como risco de perda provável, o que motivou o provisionamento do referido valor a partir do segundo trimestre corrente (Parecer GJ/LB Nº 04/2016).

- (ii) Processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, em função de reclassificação de risco da assessoria jurídica em sede do Parecer GJ/LB Nº 04/2016.



Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil possui processos judiciais classificados por sua assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas Demonstrações financeiras.

Nos processos de natureza trabalhista, a Apex-Brasil responde a 21 reclamações trabalhistas de pedidos tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, etc. Há um processo de natureza trabalhista em curso na Polônia (EA Varsóvia - operação encerrada em 06 de agosto de 2014).

Nos processos de natureza tributária, a Apex-Brasil responde, com outras entidades do Sistema “S”, a mandados de segurança e ações ordinárias, classificados como perda “possível” pela assessoria jurídica. O objeto dessas ações é sobre a inexigibilidade das contribuições previdenciárias devidas ao Sistema “S”, que incluem as contribuições devidas à Apex-Brasil. Cabe ressaltar não ser possível calcular base suficiente para estimar a perda, pois o processo envolve mais de uma entidade do Sistema “S” e poderá até ser pago mediante compensação de futuras receitas.

Há, também, processo de natureza tributária e os valores da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal) estão sendo depositados em juízo, em razão de Ação de Depósito Judicial, com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal.

No que se refere às medidas judiciais interpostas pela Apex-Brasil com o fim de obtenção de benefícios fiscais, a Entidade obteve liminar, em 10 de março de 2014, em mandado de segurança, para suspender o recolhimento das contribuições previdenciárias pagas pela Apex-Brasil sobre o aviso prévio indenizado e a parcela adicional do décimo terceiro salário proporcional ao referido aviso.

Por fim existem processos de natureza Cível com valor imaterial ou irrelevante.

18 Obrigações a pagar de longo prazo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos e cauções no exterior (i)	290	214	290	214
Valores a pagar não circulantes (ii)	370	456	370	456
	660	670	660	670

- (i) Depósitos e cauções no exterior referente à provisão do valor a pagar para a JAFZA no escritório dos Emirados Árabes Unidos, para o caso de término antecipado da atuação da Apex-Brasil no referido país.
- (ii) Valores a pagar no não circulante são constituídos, principalmente, por obrigações de aluguel a pagar do escritório de Miami.

19 Patrimônio líquido

O superávit acumulado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 175.004, corresponde ao valor da reserva patrimonial de R\$ 79.521, recebida por ocasião da criação da Agência, somado ao montante de R\$ 95.483, que corresponde aos resultados acumulados a partir do



exercício de 2003, quando a APEX-BRASIL iniciou suas operações. No exercício de 2016 o déficit contábil mensurado foi de R\$ 50.614.

O patrimônio social é composto, substancialmente, de superávits ou déficits acumulados, após os procedimentos de apuração dos resultados (receitas menos despesas). Os valores demonstrados abaixo referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Superávit acumulado	162.173	237.169	162.173	237.169
Reserva de Contingências (i)	63.445	-	63.445	-
Déficit do período	(50.614)	(11.551)	(50.614)	(11.551)
Total	175.004	225.618	175.004	225.618

- (i) As reservas contingenciais da Apex-Brasil são caracterizadas pela constituição de saldos financeiros destinados, se necessário for e conforme ordem judicial ou decisão discricionária da Administração, à liquidação do processo tributário referente à majoração da taxa de Administração da Receita Federal do Brasil e também dos processos trabalhistas que possuem classificação de risco provável (Nota Explicativa nº 17).

20 Receitas com contribuições

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição destinada à APEX-BRASIL pela Lei nº 8.029/1990 (i)	467.094	460.174	467.094	460.174
Taxa administrativa - SRFB (ii)	(6.980)	(6.903)	(6.980)	(6.903)
Total	460.114	453.271	460.114	453.271

A seguir, os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO) no decorrer dos exercícios de 2016 e 2015:

Mês	2016	2015
Janeiro	37.651	37.441
Fevereiro	36.825	36.184
Março	36.514	36.129
Abril	36.436	35.504
Maio	36.430	36.195
Junho	36.307	36.836
Julho	36.283	34.641
Agosto	36.757	37.869
Setembro	36.174	35.654
Outubro	36.433	34.469
Novembro	36.624	36.326
Dezembro	64.660	62.926
Taxa Administrativa - SRFB	(6.980)	(6.903)
Contribuição Social Líquida	460.114	453.271

- (i) A contribuição destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui a principal receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, e jurisprudencialmente como contribuição de intervenção no domínio econômico, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB.



- (ii) A taxa de Administração sobre a arrecadação, descontada pela SRFB para arrecadar e repassar os recursos destinados à Apex-Brasil, foi de 1,5% até julho de 2013. Porém em agosto de 2013, a SRFB passou a entender que a taxa deveria ser de 3,5%. Assim, começou a descontar 2% a mais, bem como notificou a Apex-Brasil sobre a cobrança dos valores referentes aos últimos cinco anos. A Apex-Brasil impugnou administrativamente a cobrança a maior da taxa administrativa, bem como a cobrança dos valores pretéritos referentes à diferença de 2%, impetrando Mandado de Segurança visando afastar a referida cobrança adicional de 2% e a cobrança pretérita. Obteve-se liminar favorável em 01/06/2014, ordenando-se que a autoridade coatora se abstenha de descontar esses valores, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

21 Receitas de convênios e contratos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Convênio com o MDIC para Expo-Milão 2015 (i)	20.198	16.107	20.198	16.107
Convênio com o MDIC - Casa Brasil 2016 (ii)	9.209	-	9.209	-
Convênios MDIC - demais convênios	127	673	127	673
BID	189	192	189	192
Receitas de contratos	240	1.584	240	1.584
Total	29.963	18.556	29.963	18.556

- (i) Corresponde ao resultado do período no valor de R\$ 5.139 e ao valor a restos a pagar do convênio Expo-Milão (Nota Técnica 112/2016), no valor total de R\$ 15.059 liquidados pelo Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços no exercício social de 2016.
- (ii) Convênio Casa Brasil (Vide Nota Explicativa nº 14), conforme ação de negócios realizada pela Apex-Brasil durante as Olimpíadas 2016 realizadas no Brasil.

22 Receitas de Serviços

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de prestação de serviços (i)	4.190	3.967	4.190	3.967
Receitas de prestação de serviços nas unidades do exterior	1.100	1.118	1.100	1.118
Demais Receitas Internacionais (ii)	673	-	673	-
Restituições de projetos/convênios	278	3	278	3
Demais receitas correntes	2.290	704	2.290	704
Receitas Diversas de Fundos Exclusivos	-	-	566	1.908
Receitas de doação para Expo-Milão 2015 (iii)	-	1.164	-	1.164
Total	8.531	6.956	9.097	8.864

- (i) Venda de espaços em feiras e eventos internacionais.
- (ii) Destaque para a realização do evento - EXPO INVEST SRL (Expo-Milão).
- (iii) Móveis, utensílios, equipamentos e obras de arte utilizados e expostos no pavilhão brasileiro da Feira Expo-Milão 2015.



23 Despesas com convênios e projetos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Convênios (i)	(179.886)	(196.143)	(179.886)	(196.143)
Despesas com projetos finalísticos (ii)	(60.600)	(102.507)	(60.600)	(102.507)
Despesas com patrocínios (iii)	(45.131)	(11.694)	(45.131)	(11.694)
Despesas com Assessoria e estudos de inteligência competitiva (iv)	(1.629)	(628)	(1.629)	(628)
Total	(287.246)	(310.972)	(287.246)	(310.972)

- (i) As despesas com Convênios referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócios, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos e casa e construção.
- (ii) Projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. Destaque em 2015 para a exposição universal Expo Milão realizada na Itália.
- (iii) Patrocínios concedidos e vinculados a eventos, nacionais e internacionais, objetivando-se a divulgação da imagem do Brasil e negócios de promoção das exportações e atração de investimentos diretos como o Rio Open, as Olimpíadas e Paraolimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.
- (iv) Bases de dados de inteligência comercial e estudos de inteligência competitiva dos mercados internacionais realizados pela Apex-Brasil objetivando-se o posicionamento de produtos e serviços brasileiros no exterior nas ações de promoção comercial e atração de investimentos diretos realizadas pela Apex-Brasil.

24 Despesas com Viagens

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com passagens e transporte	(7.138)	(10.304)	(7.138)	(10.304)
Despesas com viagens de empregados	(6.615)	(8.881)	(6.615)	(8.881)
Despesas com viagens de convidados	(1.072)	(1.069)	(1.072)	(1.069)
Demais despesas de viagens	(271)	(2.370)	(271)	(2.370)
Total	(15.096)	(22.624)	(15.096)	(22.624)

25 Despesas com Comunicação, Marketing e Propaganda

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com marketing e propaganda (i)	(38.855)	(17.847)	(38.855)	(17.847)
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)	(685)	(875)	(685)	(875)
Total	(39.540)	(18.722)	(39.540)	(18.722)

- (i) Iniciativas publicitárias com o intuito de tornar a Apex-Brasil conhecida pelo empresariado brasileiro, com investimentos concentrados, principalmente, nos meios de comunicação, distribuídos de acordo com os critérios técnicos do plano de mídia que se caracteriza, principalmente, pelas seguintes ações: criação e veiculação do Minuto



Apex-Brasil na CBN (rádio); cadernos especiais no Jornal Valor Econômico; mídia aeroportuária; campanhas publicitárias; ações internacionais em parceria com veículos estrangeiros; produção de materiais institucionais (filmes, animações, projeto editorial e gráfico, folders, Backdrops etc.); estratégia digital, como criação, desenvolvimento e execução de sites e portais da Agência e atuação intensiva nas redes sociais (Facebook, Twitter, LinkedIn, Youtube, Instagram, Slide Share), além de produtos institucionais que reforçam a marca Apex-Brasil.

26 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal	(62.510)	(55.230)	(62.510)	(55.230)
Despesas com encargos	(20.707)	(17.936)	(20.707)	(17.936)
Despesas com benefícios	(13.997)	(13.894)	(13.997)	(13.894)
Total	(97.214)	(87.060)	(97.214)	(87.060)

27 Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total de despesas com serviços de terceiros	(24.702)	(29.498)	(24.702)	(29.498)
Despesas com locação de mão de obra (i)	(3.484)	(8.512)	(3.484)	(8.512)
Despesas com licenças e serviços técnicos em software	(7.401)	(7.301)	(7.401)	(7.301)
Despesas com serviços advocatícios	(1.233)	(2.017)	(1.233)	(2.017)
Consultoria, auditoria e demais serviços técnicos especializados	(11.525)	(10.581)	(11.525)	(10.581)
Despesas com manutenção e serviços gráficos	(1.059)	(1.087)	(1.059)	(1.087)
Total de despesas com infraestrutura operacional:	(14.428)	(15.113)	(14.893)	(16.974)
Despesas com locação de bens móveis e imóveis (ii)	(9.707)	(11.481)	(9.707)	(11.481)
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)	(1.539)	(1.887)	(1.539)	(1.887)
Despesas com água e energia elétrica	(449)	(488)	(449)	(488)
Despesa com materiais em geral	(493)	(585)	(493)	(585)
Taxas judiciais e cartoriais	(237)	(224)	(237)	(224)
Capacitação e Treinamentos	(1.450)	-	(1.450)	-
Despesas Diversas de Fundos Exclusivos	-	-	(465)	(1.861)
Demais despesas operacionais	(553)	(448)	(553)	(448)
Total de despesas gerais e administrativas	(39.130)	(44.611)	(39.595)	(46.472)

- (i) Redução das despesas com locação de mão de obra tendo em vista a substituição de parte de mão de terceirizada por empregados por meio de processo seletivo a partir do mês de agosto de 2015.
- (ii) As despesas com locação de bens móveis e imóveis foram impactadas pelo efeito cambial do aluguel das unidades no exterior e da abertura do escritório na cidade de São Paulo a partir do segundo semestre de 2015.



28 Despesas com Passivos Contingentes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Passivos Contingentes (i)	62.651	577	62.651	577
Total	62.651	577	62.651	577

- (i) Provisão para processos judiciais trabalhistas e tributários decorrente de risco de perda provável (Vide Nova Explicativa nº 17).

29 Despesas tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre remessa para o exterior (i)	(8.942)	(7.427)	(8.942)	(7.427)
CIDE sobre remessa para o exterior (ii)	(3.663)	(8.913)	(3.663)	(8.913)
Impostos estaduais	(26)	(9)	(26)	(9)
Impostos Municipais	(55)	(81)	(55)	(81)
Impostos e contribuições do exterior	(648)	(1.826)	(648)	(1.826)
IOF	(664)	(377)	(664)	(377)
Demais Tributos e Taxas	(2)	(169)	(2)	(169)
Total	(14.000)	(18.802)	(14.000)	(18.802)

- (i) Recolhimento retroativo de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios do exterior com denúncia espontânea apresentada à Receita Federal do Brasil.
- (ii) Finalização da exposição universal Expo-Milão realizada na Itália em 2015..

30 Resultado financeiro líquido

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido das receitas e das despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos de investimentos e das receitas e despesas com variação cambial dos recursos da Agência dos períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015:



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras (i)				
Rendimentos do Banco do Brasil	799	4.269	799	4.269
Rendimentos da Caixa Econômica Federal	17.225	14.555	17.367	14.720
Receitas com variação cambial	956	2.374	956	2.374
(-) Deduções s/ Receitas Financeiras (ii)	(3.566)	(3.407)	(3.566)	(3.407)
Total de receitas financeiras	15.414	17.791	15.556	17.956
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(230)	(195)	(230)	(195)
Juros e Multas	(141)	-	(141)	-
Correção Monetária s/ Passivos Contingentes (iii)	(4.115)	-	(4.115)	-
Variação cambial (iv)	(2.274)	(1.291)	(2.274)	(1.291)
Despesas Fundo de Investimento	-	-	(243)	(212)
Total de despesas financeiras	(6.760)	(1.486)	(7.003)	(1.698)
Total	8.654	16.305	8.553	16.258

- (i) Em maio de 2016, foram encerrada as aplicações nos fundos de curto prazo do Banco do Brasil devido ao histórico de baixas performances obtidas em relação aos fundos da CAIXA, considerando-se que os fundos apresentam as mesmas características de risco e retorno, ou, carteira de investimentos. Os rendimentos dos fundos de investimento da CAIXA aumentaram devido à elevação do saldo médio aplicado e, também, à ótima performance obtida pelo fundo exclusivo APEXPORT, conforme detalhado na nota explicativa nº 5. O rendimento nominal foi inferior a 2015 tendo em vista as características de microeconomias brasileiras e o seu cenário político que afetaram, significativamente, o mercado de capitais.
- (ii) Os impostos sobre rendimentos financeiros são apresentados como redutores da receita de Aplicação Financeira, respeitando-se a prática contábil predominante no Brasil.
- (iii) Correção monetária das contingências passivas e depósitos judiciais, conforme atualização monetária pela Taxa Selic acumulada aplicada no processo administrativo nº 10166.730498/2013-22 que trata da majoração da taxa de Administração cobrada pela Receita Federal do Brasil.
- (iv) Variação cambial resultante da conversão das disponibilidades financeiras dos escritórios no exterior.

31 Benefícios pós-emprego a empregados

A Apex-Brasil é patrocinadora fundadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelo risco adicional vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora. O plano ApexPrev foi criado em 30 de setembro de 2013.

Os benefícios assegurados pelo plano de benefícios ApexPrev são:

- Benefício de Aposentadoria normal.
- Benefício de Aposentadoria antecipada.
- Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pelo ApexPrev aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão.
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões.
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2017, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte.
- Aposentadoria por invalidez.
- Tendo em vista este seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

32 Cobertura de seguros

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$18.442, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a entidade.





33 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração; e
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 31).

Sobre a remuneração do pessoal-chave da Administração:

- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes;
- Remuneração de pessoal-chave da Administração: a Entidade não remunera seus Conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria em conformidade com o que determina a Resolução CFC nº 1.297/10:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo (i)	1.729	1.799	1.729	1.799
Total	1.729	1.799	1.729	1.799

Considera a remuneração e encargos sociais que compõem os valores de Despesas com Pessoal apresentados na Nota Explicativa nº 26.